

I'm not a
robot



Modelo impugnação ao cumprimento de sentença alimentos

Logotipo do site LEGJUR.com. Crie sua conta Conheça o legjur Publicado em: 26/10/2023
Família Documento jurídico que apresenta uma impugnação ao cumprimento de sentença em ação de alimentos, fundamentada na redução da capacidade financeira do devedor devido a diminuição salarial e na irregularidade da citação no processo de execução. O texto aborda os fatos, embasamento jurídico com referência ao CPC/2015 e ao Código Civil, jurisprudências relevantes e requerimentos específicos, como revisão do valor da pensão, reconhecimento da nulidade processual e condenação do exequente ao pagamento de custas e honorários. Calculadora de Pensão Alimentícia Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara de Família da Comarca de _____, Processo nº: _____, Nome do Impugnante: J. A. da S., brasileiro, estado civil _____, profissão _____, portador do CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, endereço eletrônico _____. Nome do Exequente: M. F. da S., brasileiro(a), estado civil _____, profissão _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, endereço eletrônico _____.
DOS FATOS O Impugnante foi citado para o cumprimento de sentença referente à obrigação de prestar alimentos no valor de R\$ _____, conforme decisão judicial transitada em julgado. Contudo, desde a fixação do valor da pensão alimentícia, houve significativa redução em sua capacidade financeira, em razão de uma redução salarial comprovada, que compromete a possibilidade de adimplemento integral da obrigação. Além disso, questiona-se a regularidade da citação no processo de execução, uma vez que não foi respeitado o devido processo legal, o que compromete a validade dos atos processuais subsequentes. DO DIREITO Nos termos do CPC/2015, art. 525, é cabível a impugnação ao cumprimento de sentença para discutir questões como inexigibilidade da obrigação, excesso de execução e irregularidades processuais. O Impugnante fundamenta sua defesa nos seguintes pontos: Redução Salarial: A obrigação alimentar deve observar o binômio necessidade-possibilidade, conforme preceitua o CCB/2002, art. 1.694, §1º. A redução salarial sofrida pelo Impugnante compromete sua capacidade de cumprir integralmente a obrigação, sendo necessária a revisão do valor fixado. Irregularidade da Citação: A citação é ato essencial à validade do processo, conforme CPC/2015, art. 239. A ausência de citação regular compromete a validade do cumprimento de sentença, devendo ser reconhecida a nulidade dos atos processuais subsequentes. Ademais, o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, consagrados na CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV, devem ser observados para garantir que a execução não se torne excessivamente onerosa ao devedor, especialmente em casos " >-. Copyright LEGJURTodos os modelos de documentos do site Legjur são de uso exclusivo do assinante. É expressamente proibida a reprodução, distribuição ou comercialização destes modelos sem a autorização prévia e por escrito da Legjur.
Legislação e Jurisprudência sobre o tema Alimentos. Filhos maiores
Informações complementares Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença proposta por J. A. da S., em face de M. F. da S., no âmbito de ação de alimentos, em que o impugnante alega redução de sua capacidade financeira, bem como aponta irregularidades na citação ocorrida no processo de execução.
Voto Nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988, o presente voto será fundamentado de forma a assegurar a clareza e a transparência da decisão judicial, atendendo aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.
1. Da Redução Salarial O artigo 1.694, §1º, do Código Civil estabelece que os alimentos devem ser fixados observando-se o binômio necessidade-possibilidade. No caso, restou demonstrada a significativa redução salarial do impugnante, o que compromete a sua capacidade de cumprir integralmente a obrigação alimentar no montante originalmente fixado. Assim sendo, a revisão do valor da pensão alimentícia é medida que se impõe, de modo a adequar a obrigação à nova realidade financeira do devedor.
2. Da Irregularidade da Citação A citação é ato essencial à validade do processo, conforme o artigo 239 do Código de Processo Civil de 2015. A ausência de citação regular compromete a validade dos atos processuais subsequentes, sendo imperiosa a declaração de nulidade do cumprimento de sentença caso fique demonstrada a violação ao devido processo legal.
3. Do Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade Conforme os artigos 5º, LIV e LV, da Constituição Federal de 1988, a execução deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar que se torne excessivamente onerosa para o devedor. Assim, o reconhecimento da alteração na capacidade financeira do impugnante é medida que se alinha aos referidos princípios constitucionais.
4. Jurisprudências Aplicáveis Destaco, ainda, os precedentes jurisprudenciais apresentados pelo impugnante, que corroboram o entendimento de que a revisão do valor da obrigação alimentar é cabível em casos de comprovada alteração na capacidade financeira do devedor.
TJSP (6ª Câmara de Direito Privado) - Agravo de Instrumento Acórdão/TJSP: Reconhece a possibilidade de acolhimento parcial de impugnação, garantindo honorários ao impugnante.
TJSP (17ª Câmara de Direito Privado) - Apelação Cível Acórdão/TJSP: Acolhimento da impugnação com reconhecimento de quitação da obrigação e aplicação do STJ como recurso repetitivo.
TJSP (20ª Câmara de Direito Privado) - Agravo de Instrumento Acórdão/TJSP: Reafirma a necessidade do respeito ao contraditório e à ampla defesa em cálculos de atualização.
Decisão Diante do exposto, voto no sentido de dar parcial procedência à impugnação ao cumprimento de sentença, nos seguintes termos: Revisar o valor da pensão alimentícia, adequando-o à atual capacidade econômica do impugnante, conforme previsto no artigo 1.694, §1º, do Código Civil. Recolher os autos para análise da regularidade da citação. Caso reste comprovada a falha, declarar a nulidade dos atos processuais subsequentes. Condenar o exequente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §1º, do Código de Processo Civil.
Conclusão É do voto. Local e data

Magistrado(a) Sabemos que cada processo é único e merece um modelo de peça processual que reflita suas especificidades. Por isso, oferecemos a criação de modelos de peças processuais personalizadas, partindo de um modelo básico adaptável às suas exigências. Com nosso serviço, você tem a segurança de que sua documentação jurídica será profissional e ajustada ao seu caso concreto. Para solicitar seu modelo personalizado, basta clicar no link abaixo e nos contar sobre as particularidades do seu caso. Estamos comprometidos em fornecer a você uma peça processual que seja a base sólida para o seu sucesso jurídico. Solicite aqui Publicado em: 07/02/2025
Família Petição inicial de Ação de Revisão e Atualização de Pensão Alimentícia proposta por menor impúbere, representada por sua genitora, em face do alimentante, funcionário público federal. A ação busca a atualização do valor da pensão alimentícia ao salário-mínimo nacional vigente, o pagamento das diferenças retroativas relativas ao ano de 2024 e o ofício à Receita Federal para adequação do desconto em folha de pagamento. Fundamentada no binômio necessidade-possibilidade (art. 1.694, §1º, CCB/2002), no descumprimento da obrigação alimentar e no princípio do melhor interesse da criança (art. 227, CF/88), a petição solicita a citação do requerido, a procedência dos pedidos, a condenação em custas e honorários, e a produção de provas documentais.
Acessar Publicado em: 09/05/2025
Família Modelo de petição inicial de ação de alimentos em que o autor, após demissão e nova contratação com remuneração inferior, requer a revisão do valor da pensão alimentícia fixada anteriormente. O documento detalha a qualificação das partes, exposição dos fatos, fundamentos jurídicos com base no CCB/2002, art. 1.699 e princípios constitucionais, jurisprudência aplicável, pedidos de justiça gratuita, produção de provas, designação de audiência e intimação do Ministério Público em defesa do melhor interesse do menor.
Acessar Publicado em: 10/03/2025
Família Petição inicial apresentada por Rafaela Lima Konzen, visando a atualização dos valores de pensão alimentícia fixados em 1.376 salários mínimos, que não foram reajustados pela Receita Federal desde 2022, causando prejuízo à alimentada. Fundamenta-se nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e na legislação civil brasileira, com pedidos de citação, cumprimento de obrigação de fazer e condenação em custas processuais e honorários advocatícios.
Acessar Você está prestes a dar um passo crucial para aperfeiçoar a sua prática jurídica! Bem-vindo ao LegJur, seu recurso confiável para o universo do Direito. Ao adquirir a assinatura do nosso site, você obtém acesso a um repositório completo de modelos de petição. Preparados por especialistas jurídicos com vasta experiência na área, nossos modelos abrangem uma ampla gama de situações legais, permitindo que você tenha uma base sólida para elaborar suas próprias petições, economizando tempo e garantindo a excelência técnica. Mas a LegJur oferece muito mais do que isso! Com a sua assinatura, você também terá acesso a uma biblioteca abrangente de eBooks jurídicos, conteúdo atualizado de legislação, jurisprudência cuidadosamente selecionada, artigos jurídicos de alto nível e precedentes anteriores do Exame da Ordem. É tudo o que você precisa para se manter atualizado e preparado na sua carreira jurídica. Na LegJur, temos o objetivo de fornecer as ferramentas essenciais para estudantes e profissionais do Direito. Quer você esteja se preparando para um processo, estudando para um concurso ou apenas buscando expandir seu conhecimento jurídico, a LegJur é a sua parceira confiável. Investir na assinatura LegJur é investir na sua carreira, no seu futuro e no seu sucesso.
Junte-se a nós e veja por que a LegJur é uma ferramenta indispensável no mundo jurídico. Clique agora para fazer a sua assinatura e revolução e maneira como você lida com o Direito. LegJur: seu parceiro para uma carreira jurídica brilhante. Assine já e tenha acesso imediato a todo o conteúdoVeja aqui o que o legjur pode lhe oferecer Assinatura Mensal Assine o LegJur e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Cancele a qualquer hora. 1 mês Acesso o LegJur por 1 mês e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 6x sem juros 3 meses Equivale a R\$ 39,96 por mês Acesso o LegJur por 3 meses e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 6x sem juros 6 meses Equivale a R\$ 32,48 por mês Acesso o LegJur por 6 meses e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 6x sem juros 12 meses + 2 meses de Brinde Equivale a R\$ 24,90 por mês Acesso o LegJur por 1 ano e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 10x sem juros A cópia de conteúdo desta área está desabilitada, para copiar o conteúdo você deve ser assinante do site. Copyright © SIMPLE LABS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - Fone: (11) 4130.3734 - Contato CNPJ 31.102.084/0001-06 - Av. Bagé, 1199 - Porto Alegre - RS - Brasil É proibida a reprodução do conteúdo desta página sem autorização prévia do autor. Termos de uso | Política de privacidade | FAQ | Suporte | Adquirir Modelo Inicial PRO
Copyright © SIMPLE LABS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Fone: (11) 4130.3734 - Contato CNPJ 31.102.084/0001-06 - Av. Bagé, 1199 - Porto Alegre - RS - Brasil É proibida a reprodução do conteúdo desta página sem autorização prévia do autor. Termos de uso | Política de privacidade | FAQ | Suporte | Adquirir Modelo Inicial PRO
Tenha acesso imediato a esta e muitas outras Petições elaboradas por advogados especialistas.+30 mil petições utilizadas na práticaBusca avançada de JurisprudênciaJurimetria Inteligente Saiba sua real chance de êxito em cada processoPetições Premium atualizadas e revisadas pelo JusDocsFluxogramas jurídicos para auxiliar na tomada de decisãoEditor de documentos com inteligência artificialGerador de Petições com IA 5 créditos/mês Nesta seção, você encontra duas alternativas para o Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos. Você pode optar por visualizar o modelo ou preenchê-lo diretamente na nossa plataforma online: Exemplo Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos (1) Para:[Nome do juiz][Vara de Família][Endereço da vara] De:[Impugnante][Nome do advogado][Número da OAB][Endereço do advogado][Telefone][E-mail] Introdução:Este documento é uma impugnação ao cumprimento da sentença que determinou a obrigação de pagar pensão alimentícia, com fundamentos de direito que justificam a oposição a tal cumprimento.

Cláusula 1: Fundamentação JurídicaA impugnação é fundamentada nos artigos [números dos artigos] do Código de Processo Civil, que permitem a defesa do impugnante quanto à obrigação alimentar, levando em consideração [razões específicas para a impugnação, como alteração da situação financeira, necessidade de revisão da pensão, etc.].
Cláusula 2: Prova de Alteração das CircunstânciasO impugnante apresenta documentos que comprovam [descrever a alteração de circunstâncias, por exemplo, perda de emprego, mudança significativa na renda, etc.], os quais são anexados a esta impugnação.
Cláusula 3: Pedido de Revisão da Pensão AlimentíciaDiante dos fatos expostos, requer-se a revisão da sentença de alimentos para que o valor da pensão seja [novos valores ou percentuais], conforme os princípios da necessidade e possibilidade.
Cláusula 4: Pedidos FinaisPede-se que este juízo acolha a presente impugnação e determine a suspensão do cumprimento da sentença, bem como a redesignação da audiência de conciliação para reavaliação da obrigação alimentícia.
Documentos Anexos:São juntados os seguintes documentos:- [Lista de documentos, como comprovantes de rendimento, despesas, etc.].
Feito em [Cidade], [Data].
Atenciosamente,[Assinatura][Nome do Advogado]
Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos (2) Para:[Nome do juiz][Vara de Família][Endereço da vara] De:[Impugnante][Nome do advogado][Número da OAB][Endereço do advogado][Telefone][E-mail] Introdução:Este pedido de impugnação visa contestar o cumprimento da sentença referente à pensão alimentícia, por entender que [justificativas como equívocos na quantificação do valor, alteração das condições financeiras, etc.].
Cláusula 1: Razões de ImpugnaçãoA impugnação se fundamenta nos princípios do [citar princípios jurídicos relevantes], relatando fatos como [descrever a situação atual do impugnante, se existem dívidas, novas responsabilidades, etc.].
Cláusula 2: Novos Elementos de ProvaAnexamos aos autos [descrever os novos documentos que justificam a alteração, como recibos, comprovantes de pagamento, etc.], que demonstram a realidade financeira do impugnante.
Cláusula 3: Reexame da Decisão JudicialSolicita-se que o juízo reanalise a decisão condenatória e considere a necessidade de um novo cálculo que atenda à nova situação financeira do impugnante.
Cláusula 4: ConclusãoDiante do exposto, requer-se a suspensão do cumprimento da sentença e a realização de uma audiência de conciliação.
Documentos Anexos:- [Lista de documentos, como demonstrativos de salário, comprovantes de despesas, etc.].
Feito em [Cidade], [Data].
Atenciosamente,[Assinatura][Nome do Advogado]
Por favor, preencha o formulário abaixo para criar o Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos. Todos os campos devem ser preenchidos para garantir a efetividade e a clareza do documento.
Fornecemos exemplos para orientá-lo em cada etapa.
PDF WORD
Aqui você encontra duas opções para o Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos. Você pode acessar o modelo para consulta ou optar por preenchê-lo online diretamente em nossa plataforma: Exemplo Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença Alimentos (1) Para:[Nome do Réu][Endereço do Réu][Telefone][E-mail] De:[Nome do Autor][Endereço do Autor][Número do Processo]
Introdução:Este documento tem por finalidade apresentar a impugnação ao cumprimento da sentença proferida na ação de alimentos, fundamentando as razões legais e fáticas que justificam a sua apresentação.
Cláusula 1: Da SentençaA sentença proferida nos autos da Ação de Alimentos nº [Número do Processo] fixou a obrigação alimentar em [Valor] R\$ mensais, a serem pagos até o dia [Data].
Cláusula 2: Da ImpugnaçãoO impugnante alega que a obrigação alimentar está sendo cumprida de forma irregular, seja pela falta de pagamentos, ou pela diminuição do valor acordado, o que o leva a contestar o cumprimento da sentença.
Cláusula 3: Dos FatosO autor, [Nome do Autor], não tem recebido os valores relativos a pensão alimentícia desde [Data do Último Pagamento], sendo estes essenciais para a manutenção de sua subsistência.
Cláusula 4: Dos Fundamentos JurídicosA presente impugnação se fundamenta no artigo [Artigo do Código Civil ou Processo Civil], que garante ao alimentante o direito de impugnar o cumprimento da obrigação alimentícia quando esta é realizada de forma irregular.
Cláusula 5: Dos PedidosDiante do exposto, requer-se:1. O acolhimento da presente impugnação ao cumprimento de sentença;2. A suspensão da exigibilidade do pagamento dos alimentos até o julgamento final da presente demanda;3. A intimação do autor para que se manifeste sobre a presente impugnação.
Feito em [Cidade], [Data].
Atenciosamente,[Assinatura][Nome do Advogado]
Por meio deste documento, o autor vem perante a Justiça para impugnar o cumprimento da sentença proferida na ação de alimentos, apresentando elementos que demonstram a improcedência da cobrança dos valores atualmente exigidos.
Cláusula 1: Do Cumprimento da SentençaA sentença nos autos do processo nº [Número do Processo] determinou o pagamento de pensão alimentícia em favor de [Nome do Autor], no valor de [Valor] R\$ mensais.
Cláusula 2: Dos Motivos da ImpugnaçãoO impugnante alega que houve uma alteração significativa em sua situação financeira, o que impactou diretamente na capacidade de cumprimento dos valores fixados, razão pela qual se faz necessária a revisão do montante.
Cláusula 3: Provas DocumentaisIncorpora-se à presente impugnação documentos que comprovam a variação da renda mensal do impugnante, bem como a justificativa da impossibilidade de manter o pagamento integral.
Cláusula 4: Do Pedido de RevisãoRequer-se, portanto, a revisão da obrigação alimentar, adequando-a à nova realidade financeira do impugnante, a fim de evitar o comprometimento de sua subsistência.
Cláusula 5: Dos Pedidos FinaisPor fim, solicita-se:1. O recebimento da presente impugnação;2. A suspensão dos pagamentos até que a nova decisão seja proferida;3. A intimação do autor para que apresente sua defesa no prazo legal.
Feito em [Cidade], [Data].
Atenciosamente,[Assinatura][Nome do Advogado][Número da OAB]
Por favor, preencha o formulário abaixo para criar o Modelo de Impugnação ao Cumprimento de Sentença de Alimentos. Todos os campos devem ser preenchidos para garantir a formação clara e completa da impugnação.
Fornecemos exemplos para guiar você em cada etapa.
PDF WORD
INSIGNE JUIZO DA ____ VARA CIVEL DA CIDADE - UF
AUTOS DO PROCEDIMENTO Nº _____ Número do Processo
Nome Completo, qualificado nos autos do procedimento em epígrafe, vem, à presença deste Douto Juízo, por meio das suas procuradoras em fine, diante do pedido de pagamento das prestações alimentícias sob pena de penhora inserto no item "D" à fl. 35 vº, apresentar, tempestivamente, IMPUGNAÇÃO com fundamento no art. 525 c/c § 8º, do art. 528, ambos do CPC, conforme a seguir.
Conste-se que já fora juntado aos autos oportunamente o comprovante de pagamento dos valores cobrados em conformidade com o pedido de item "C" da petição de fls. 31/35.
1 - DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO - TEMPESTIVIDADE
Consoante se infere da redação do § 8º do art. 528, do CPC, o EXEQUENTE pode optar pelo cumprimento de sentença previsto no art. 523 e ss, do mesmo Código, hipótese em que não se admite a prisão do EXECUTADO, mas sim a penhora de bens.
E, seguindo esse procedimento, é admitida a apresentação de IMPUGNAÇÃO (art. 525, CPC), prazo este que é sucessivo, ou seja, contado após escoado o prazo de 15 dias para pagamento.
Assim, tendo sido juntado aos autos o mandado intimatório em 22/05/2019, infere-se a tempestividade e cabimento da presente IMPUGNAÇÃO.
II - DA CUMULAÇÃO INDEVIDA DE EXECUÇÕES - RITOS PROCEDIMENTAIS DISTINTOS - ART. 525, V, CPC
Conforme se infere dos autos, a EXEQUENTE requereu o cumprimento da sentença em face do EXECUTADO alegando que este último encontra-se inadimplente com os valores arbitrados a título de alimentos.
Nada obstante, também infere-se que a EXEQUENTE cumulou nos seus pedidos, e, no mesmo e único procedimento, duas espécies de execuções totalmente diversas.
Conforme se denota, há na mesma peça processual de cumprimento de sentença pedido de pagamento sob pena de prisão civil regido pelo art. 528 e ss, do CPC (item "C", fl. 35), e, ainda, pedido de pagamento sob pena de penhora, previsto no §8º, do art. 528 c/c art. 523 e ss, ambos do CPC (item "D", fl. 35 vº).
Conste-se também, que o EXECUTADO sequer fora intimado separadamente para o cumprimento de ambas as obrigações, pois, conforme se infere do mandado juntado aos autos, fora intimado de maneira genérica para pagar o débito, no prazo de 03 (três) dias, sem que ao menos constasse no mesmo o valor realmente devido, bem como os prazos para pagamento, vez que trata-se de procedimentos distintos.
Logo, denota-se a incompatibilidade das duas espécies de execuções propostas, vez que, cada uma delas prevê forma procedimental própria, sendo diversos os prazos de pagamento, as formas defensivas, e, sobretudo, as penalidades aplicáveis, destacando-se, inclusive, o meio mais gravoso da intimação para pagamento sob pena de prisão civil.
A respeito do regramento geral das ações executivas, veja-se o que dispõe o art. 780, do CPC, in verbis:
Art. 780. O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento. (Grifos nossos).
Assim, denota-se que o próprio Código de Processo Civil prevê a incompatibilidade de títulos executivos que preveem formas de procedimentos e tramitação diversos.
Este é também o entendimento da jurisprudência ao analisar um caso similar e com dispositivos equivalentes aos atuais arts. 528, 523 e 780, todos do CPC/15 sob a égide do CPC/73, senão veja-se:
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS PELOS RITOS DOS ARTS. 732 E 733 DO CPC. FORMAS PROCEDIMENTAIS DIVERSAS. PARCELAS ANTIGAS QUE DEVERÃO SER RECLAMADAS POR VIA PRÓPRIA. Ainda que haja previsão acerca da possibilidade de cumulação de pedidos em um mesmo processo, consoante art. 292 do CPC, não se pode permitir cumular em um mesmo processo de execução pedidos que dizem respeito a ritos diferentes, haja vista a incompatibilidade existente entre a execução do art. 732 e aquela do 733 do CPC. (TJMG, 1ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 1.0473.11.002353-7/001. Relator Desembargador Armando Freire. Publicação: 14/04/2015). (Grifos nossos).
Sendo desse modo, e, diante de todo o exposto, requer o reconhecimento da incompatibilidade de cumulação do rito previsto no art. 528, do CPC com o rito previsto no §8º, do art. 528 c/e art. 523 e ss do CPC, e, por consequência, requer a extinção da presente EXECUÇÃO, com fundamento no art. 924, inciso I, do CPC.
III - DA CAUSA EXTINTIVA DA OBRIGAÇÃO - PAGAMENTO - ART. 525, VII, DO CPC
Conforme se infere do requerimento da EXEQUENTE, exige-se o pagamento dos valores fixados a título de alimentos sob a alegação de que estes não vêm sendo adimplidos corretamente.
Nada obstante, o fato é que o EXECUTADO vem cumprindo fielmente com o seu Dever de Assistência Mútua aos Parentes, bem como com o Princípio da Paternidade Responsável, dispostos na legislação aplicável, vez que presta e sempre presto a sua filha toda a assistência material e afetiva.
Consoante se infere da decisão que se encontra nos autos que fixou os alimentos, estes foram firmados no importe certo de R\$175,00 (cento e setenta e cinco reais), sendo firmado, ainda, que seriam reajustados anualmente em consonância com o índice do IGPM.
Ocorre que por um acordo e consentimento entre a GENITORA da EXEQUENTE e o EXECUTADO, este passou, no final do ano de 2015, a prestar o auxílio material a sua filha através do pagamento de despesas escolares, livros didáticos, alimentação, vestuário, além de todas as demais necessidades que surgissem para a adolescente; necessidades essas que excedem ao valor da pensão legalmente fixado, conste-se.
A assistência material e afetiva, bem como a boa relação existente entre PAI e FILHA, podem ser demonstradas através dos prints de mensagens trocadas e que ora se junta, donde denota-se o pagamento pelo GENITOR de materiais didáticos, a compra de calçados, e, também, o pagamento de valores referentes a refeições que a menor faz na rua diariamente.
O pagamento das despesas escolares da adolescente que atualmente estuda em escola particular também pode ser comprovado através dos variados recibos que ora se junta, donde denota-se a "Declaração" emitida pela escola informando que, durante todo o período letivo de 2018 o EXECUTADO efetuou o pagamento do valor total de R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) referente as mensalidades.
Também denota-se um "Recibo" referente a compra de material didático datado do final de maio de 2019, no importe de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais).
Junta-se também comprovante de pagamento de rematrícula, com vencimento em janeiro ...